



O MEDO COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL E OS RISCOS À DEMOCRACIA

FEAR AS A FORM OF SOCIAL CONTROL AND THE RISKS TO DEMOCRACY

Kristianne Veloso Xavier¹
Maria da Luz Alves Ferreira²

O medo é que faz que não vejas, nem ouças porque um dos efeitos do medo é turvar os sentidos, e fazer que pareçam as coisas outras do que são!

Miguel de Cervantes

Resumo

Este artigo analisa o medo como ferramenta de controle social, destacando suas implicações para o comportamento coletivo e a estabilidade democrática. Através de uma leitura crítica das obras de Bauman (2008) e Levitsky e Ziblatt (2019), o estudo aprofunda no trabalho feito pelos autores sobre como o medo influencia a percepção social e fomenta estereótipos que fortalecem regimes autoritários. Refletindo também sobre o papel da pandemia do Covid-19 nesse processo. A construção da ideia de inimigo e a disseminação do “novo terror global” são abordadas, revelando o papel do medo na legitimação de preconceitos e na ascensão de governos autocráticos. Ao explorar esses fenômenos, este trabalho contribui para a compreensão dos processos sociopolíticos que conduzem à erosão das democracias contemporâneas, oferecendo uma análise crítica relevante à luz das recentes tendências globais de regressão democrática.

Palavras-chave: Medo. Controle social. Democracia. Autoritarismo.

Abstract

This article analyzes fear as a tool of social control, highlighting its implications for collective behavior and democratic stability. Through a critical reading of the works of Bauman (2008) and Levitsky and Ziblatt (2019), the study delves into the authors' research on how fear influences social perception and fosters stereotypes that strengthen authoritarian regimes. It also reflects on the role of the Covid-19 pandemic in this process. The

¹Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: kika.veloso@hotmail.com

² Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. E-mail: mluzferreiraalves@gmail.com



Revista Alteridade, Montes Claros – MG, v. 7, n. 1, jan/jun.-2025.

Artigo submetido em: 02 de novembro de 2024.

Artigo aceito em: 24 de março de 2025.

p. 208-219. DOI: 10.46551/alt0701202514

construction of the idea of the enemy and the spread of the "new global terror" are addressed, revealing the role of fear in legitimizing prejudices and the rise of autocratic governments. By exploring these phenomena, this work contributes to the understanding of the sociopolitical processes that lead to the erosion of contemporary democracies, offering a critical analysis in light of recent global trends of democratic regression.

Keywords: Fear. Social control. Democracy. Authoritarianism.

Resumen

Este artículo analiza el miedo como una herramienta de control social, destacando sus implicaciones para el comportamiento colectivo y la estabilidad democrática. A través de una lectura crítica de las obras de Bauman (2008) y Levitsky y Ziblatt (2019), el estudio profundiza en la investigación realizada por los autores sobre cómo el miedo influye en la percepción social y fomenta estereotipos que refuerzan los regímenes autoritarios. También reflexiona sobre el papel de la pandemia de Covid-19 en este proceso. Se aborda la construcción de la idea del enemigo y la difusión del "nuevo terror global", revelando el papel del miedo en la legitimación de prejuicios y en el ascenso de gobiernos autocráticos. Al explorar estos fenómenos, este trabajo contribuye a la comprensión de los procesos sociopolíticos que conducen a la erosión de las democracias contemporáneas, ofreciendo un análisis crítico relevante a la luz de las recientes tendencias globales de regresión democrática.

Palabras-clave: Miedo. Control social. Democracia. Autoritarismo.

Introdução

O medo é uma constante no comportamento humano, frequentemente manipulado e explorado para o controle social. Bauman (2008) descreve a indústria do medo como aquela que lucra ao incentivar mercados como o de armas, medicamentos e segurança. Alimentando inseguranças sobre a violência, exclusão social e instabilidade. Com a perda de confiança nas relações interpessoais, o medo passou a determinar com quem as pessoas se relacionam, o que influencia profundamente suas decisões e modos de agir. O temor de exclusão social, violência, instabilidade ou autodestruição, entre tantos outros orientam comportamentos em uma sociedade líquida, caracterizada por mudanças rápidas e incertezas.

Bauman (2008) distingue duas formas de medo, a) o primário, instintivo e natural: como o medo da morte que impulsiona a busca pela sobrevivência, e b) o secundário, ou derivado: que é socialmente construído. Para o autor, um exemplo marcante desse medo construído é o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O evento não só revelou quem eram as pessoas lidas como inimigos e como os mocinhos, como também gerou uma nova demanda por segurança, fortalecendo a confiança no Estado. O medo e a insegurança transformaram não apenas a sociedade norte-americana, mas reconfiguraram a segurança global, ampliando o controle social em diversas democracias.

Levitsky e Ziblatt (2019), em *Como as Democracias Morrem*, exploram como regimes autoritários utilizam o medo para consolidar poder, subvertendo as instituições democráticas de forma gradual. Quatro sinais de comportamento autoritário — rejeição das regras democráticas, negação da legitimidade de oponentes, uso da violência e restrição das liberdades civis — são agravados pela criação de inimigos internos e externos, que justificam ações autocráticas. Essa deterioração institucional, disfarçada sob a defesa de valores maiores, mina lentamente a democracia.

Em cada um desses indicadores, observa-se como o medo pode ser utilizado como uma ferramenta eficaz de controle social para consolidar o poder de regimes autoritários. A violência, segundo os autores, desempenha um papel fundamental no colapso das democracias. A criação de um inimigo comum e a violência contra esse inimigo — geralmente um grupo com ideologias políticas divergentes — tornam-se instrumentos de legitimação de governos autocráticos.

Levitsky e Ziblatt (2019) mostram que a regressão democrática no mundo contemporâneo acontece de forma lenta, com a gradual subversão das instituições que deveriam proteger a democracia. Essa deterioração ocorre muitas vezes por meio de práticas discursivas que, sob o pretexto de defender algo maior, acabam por corroer o devido processo legal, uma característica fundamental dos governos autoritários, adaptada ao contexto de cada nação.

Nesse contexto, o medo não se restringe a fronteiras nacionais, sendo amplificado pela globalização. À medida que o mundo se interconecta, surgem novas formas de insegurança que atravessam barreiras geográficas e culturais, intensificando a sensação de vulnerabilidade. O impacto da globalização na disseminação do medo transforma as dinâmicas políticas e sociais, o que cria uma percepção constante de ameaça. Esse fenômeno aprofunda o controle social, favorecendo políticas autoritárias e exacerbando a polarização política.

Insegurança social e mudança política

A globalização tem sido uma impulsionadora das políticas contemporâneas, promovendo a abertura de fronteiras e a ampliação do entendimento global. No entanto, esse processo também permitiu que o medo ultrapassasse essas fronteiras, gerando a sensação de

que tudo é vulnerável e intensificando o sentimento de vitimização entre os indivíduos. Bauman (2008) denomina essa faceta da globalização de:

(...) “globalização negativa” - ou seja, a globalização altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo, todos os quais agora desdenham a soberania nacional e desrespeitam quaisquer fronteiras entre os Estados. (BAUMAN, 2008, p. 126)

A globalização negativa descrita por Bauman (2008) foi construída a partir de políticas que impactaram de forma prejudicial os países emergentes, gerando uma crescente sensação de injustiça. Enquanto uma pequena parcela da população se beneficia desse processo, a maioria é afetada pelo medo e pela insegurança, sem saber até que ponto está realmente protegida ou se as medidas oferecidas pelo Estado são suficientes. Nesse contexto, Bauman (2008, p. 129) afirma que “os efeitos das ações se propagam muito além do alcance do impacto rotinizante do controle, assim como do escopo do conhecimento necessário para planejá-lo”.

Esse sentimento de vulnerabilidade gerado pelo medo interfere diretamente na percepção de segurança e justiça, o que resulta em uma sensação de controle limitado sobre as condições de vida. A disseminação de informações pela mídia e pelas redes sociais, juntamente com as adaptações tecnológicas e a influência do mercado de consumo, moldam as novas formas de controle sobre a vida e as relações humanas. A fluidez dessas relações, somada à constante demanda por imediatismo, interfere significativamente na aplicação das leis e nas punições do Estado. Esse cenário resulta em um sistema de justiça seletivo, que muitas vezes escolhe quem e como punir. O fenômeno do superencarceramento, por exemplo, é um efeito dessa pressa em responder às demandas sociais.

Quando isso se combina com a convicção de que tal coisa poderia ser feita, a frustração das esperanças acrescenta ao dano da insegurança o insulto da impotência - e canaliza a ansiedade para um desejo de localizar e punir os culpados, assim como de ser indenizado/compensado pelas esperanças traídas. (Bauman, 2008, p.170)

Os anseios imediatos da sociedade frequentemente impedem um planejamento eficaz para a melhoria das instituições, resultando em soluções rápidas que carecem de profundidade e eficácia. Isso levanta a reflexão sobre até que ponto as informações veiculadas pela mídia devem servir como referência para a formulação de políticas públicas, legislação e decisões judiciais.

As medidas repressivas tomadas em resposta à insegurança atendem às expectativas sociais imediatas, muitas vezes por motivações políticas e sustentadas por um poder midiático que molda as percepções, negligenciando o desenvolvimento de sistemas preventivos, que poderiam ser eficazes nas projeções de segurança pública. Há, portanto, um descompasso evidente entre o medo exacerbado pela complexidade das relações interpessoais e as ameaças reais que de fato merecem atenção.

Ao falarem sobre a indústria cultural, Adorno e Horkheimer (2002) buscaram entender como os meios de comunicação moldaram a cultura das massas, sendo também um meio de perpetuação dessa atmosfera do medo. Não se trata de uma cultura espontaneamente emergente ou genuína, mas de um produto de uma construção social promovida pelos próprios meios de comunicação. Esse processo gera uma dominação simbólica por meio de narrativas que reforçam o controle e que afetam profundamente as decisões políticas e sociais.

De acordo com Costa (2008-2009), a indústria cultural pode ser identificada como um sistema de controle, tendo em vista que, ao transformar cultura em mercadoria utilizando métodos de padronização para atender às necessidades de mercado, o entretenimento é utilizado para direcionar os sentimentos e reprimir a subjetividade.

A construção midiática de uma sociedade ameaçadora reforça a ideia de que as necessidades sociais se tornam cada vez mais complexas e difíceis de serem atendidas, perpetuando a percepção de que as ameaças são permanentes. Isso resulta em uma moralidade que se adapta às mudanças sociais, onde o que é considerado aceitável ou inaceitável está diretamente ligado à busca por segurança.

A figura do medo e a violência psíquica presentes na sociedade frequentemente atribuem rostos e nomes a heróis e vilões, sendo que essa construção midiática padroniza esses dois polos. Isso acaba justificando decisões preconceituosas e promovendo a marginalização de certos grupos. O medo, inicialmente relacionado a ameaças físicas ou psicológicas, passa a ser projetado em indivíduos com características específicas, como gênero, raça, classe social ou outros traços identitários. Dessa forma, pessoas são rotuladas como ameaças não por suas ações, mas por suas características físicas ou sociais. Essa distorção da violência é assimilada pela sociedade como uma garantia da organização social, que, embora aceita sem questionamentos, fere a dignidade de muitos.

Levitsky e Ziblatt (2019), ao analisarem o fenômeno político que levou à eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, traçando paralelos com a ascensão de Jair Bolsonaro no

Brasil, destacaram que esses movimentos não apenas intensificaram a polarização política, mas a elevaram a um nível mais profundo, onde o antagonismo entre os partidos deixou de ser meramente ideológico para se transformar numa questão de identidade. O embate entre democratas e republicanos nos EUA passou a refletir divisões culturais e morais, fragmentando a sociedade e convertendo a política em uma luta existencial, na qual a vitória de um lado é vista como uma ameaça à própria sobrevivência do outro.

Em seu ensaio de 1964 “The Paranoid Style in American Politics”, o historiador Richard Hofstadter descreveu o fenômeno da “ansiedade de status”, o qual, acreditava ele, tem mais propensão a emergir quando o status, a identidade e o sentido de pertencimento de grupos sociais são percebidos como estando sob ameaça. (Levitsky; Ziblatt, 2019, p. 167)

Os políticos norte-americanos passaram a tratar seus rivais como inimigos, utilizando a política do medo como estratégia para consolidar sua hegemonia. Nos indicadores de comportamento autoritário, Levitsky e Ziblatt (2019) destacam, no item 2, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, enfatizando que esses governantes frequentemente rotulam seus adversários como inimigos, associando-os à desconfiança e a atividades criminosas. Esse discurso alimenta o medo nos eleitores, que passam a temer a vitória de seus rivais políticos.

Os atores institucionais, influenciados por essa narrativa de um inimigo iminente, começam a realizar manobras institucionais que enfraquecem as garantias constitucionais e desestabilizam a democracia. No entanto, essa tática não é novidade; como observam Levitsky e Ziblatt (2019, p. 119), “ao longo de décadas, os partidos chegaram ao reconhecimento, adquirido a duras penas, de que podiam ser rivais em vez de inimigos”.

Essa dinâmica revela uma construção social em torno de estereótipos, nos quais o medo é projetado. Grupos marginalizados, como pessoas pobres, negros/as ou jovens, são frequentemente associados à criminalidade, resultado da forma seletiva como o medo é administrado. Assim, as atenções se voltam para esses grupos, vistos como riscos para a sociedade. A partir do pensamento dos partidos de extrema-direita, esse imaginário foi aproveitado para atacar as políticas de identidade da oposição, perpetuando estereótipos e facilitando a disseminação de notícias falsas. Conforme argumenta Terra (2010, p. 198):

As ditas classes de risco ou classes perigosas (ALVAREZ, 1996) no Brasil passaram por processos de demarcação física e social por quase toda a história do país, mas ganharam uma roupagem específica e politicamente defendida, sobretudo, a partir de meados do século XIX. Desse modo, é sob o conceito de “periculosidade” e os

desdobramentos da criminologia e da racialização do ocidente que os sujeitos sociais do período serão classificados e determinados como potencialmente perigosos.

Quando esses medos vêm à tona, sua projeção torna-se evidente: algumas pessoas passam a excluir outras, vendo nelas uma ameaça. Esse processo legitima formas de poder que caracterizam certos indivíduos ou instituições, como o Estado, enquanto detentores dos meios de proteção, garantindo uma sensação de segurança social.

Sob essa perspectiva, Levitsky e Ziblatt (2019) oferecem uma contribuição valiosa para compreender a problemática dos mecanismos institucionais e as críticas discursivas sobre o papel das instituições na organização social e, conseqüentemente, no enfraquecimento da democracia. Os esforços para consolidar a hegemonia de um grupo político resultaram na construção de um Estado com características antidemocráticas. Isso ocorre porque o autoritarismo é utilizado como uma estratégia para assegurar a permanência e a efetivação das políticas propostas. Em um contexto de alta polarização, qualquer grupo político que ascende ao poder enfrenta resistência popular, o que agrava o uso de medidas autoritárias.

O papel desempenhado pelos líderes de Estado pode fortalecer ou enfraquecer a democracia. O ataque às instituições é um problema recorrente em governos antidemocráticos. Esses governos frequentemente afirmam que as demandas da população são obstruídas justamente pela atuação das instituições, ganhando assim o apoio da opinião pública para justificar sua interferência. Mesmo antes de assumirem cargos políticos, líderes antidemocráticos — muitas vezes com inclinações populistas — já exibem os quatro sinais mencionados anteriormente.

O medo como instrumento de poder

Desde os tempos antigos, o medo tem sido utilizado por governantes como uma ferramenta estratégica de controle social. Ao longo da história, o Estado utilizou o temor das punições não apenas como um meio de retribuição, mas como uma técnica de disciplinamento, visando moldar indivíduos dóceis e submissos. Através da imposição de punições, o Estado buscava garantir a conformidade com a ordem estabelecida, sustentada pela ameaça constante das conseqüências de desafiar a autoridade. Essa prática, como analisado por Foucault (2014), evidencia a evolução dos sistemas punitivos, que passaram de métodos extremos para formas mais sutis de controle, como a vigilância constante ou a

simples sensação de estar sendo observado. A percepção de insegurança criada por esses mecanismos leva a população a depender do Estado para garantir sua segurança.

As pessoas esperam ser protegidas de ameaças internas e externas pelo Estado, uma relação de dependência criada para facilitar o controle estatal: quem detém o poder governa sobre aqueles que não têm. Nesse contexto, Bauman (2008, p. 53-54) afirma que:

As nações debutantes/aspirantes necessitavam dos poderes de Estado para se sentirem seguras, e o Estado emergente carecia do patriotismo nacional para se sentir poderoso. Um precisava do outro para sobreviver. O Estado necessitava de seus súditos como patriotas da nação, prontos a sacrificar suas vidas individuais pela sobrevivência da "comunidade imaginada" da nação; esta precisava de seus membros como súditos de um Estado habilitado a recrutá-los para a "causa nacional" e, em caso de necessidade, forçá-los a submeter suas vidas pela imortalidade da nação. Tanto o Estado como a nação encontraram a solução mais adequada a seus respectivos problemas na ideia da morte anônima que levava à imortalidade impessoal.

Quando o medo se torna generalizado, ele acompanha e reforça as funções do poder estatal, utiliza a vigilância mencionada anteriormente para exercer uma função de dominação, justificando suas ações com o discurso de segurança e proteção. No entanto, essa insegurança gerada pela promessa de segurança muitas vezes não se concretiza, como observa Bauman (2008, p. 171): “[...] há uma concordância quase generalizada de que a segurança prometida não apenas deixou de se materializar em sua plenitude, mas nem sequer chegou perto, e pode até ter ficado mais distante”.

Diante dessa realidade, recorre-se à construção de um inimigo, para que seja reforçada a necessidade da intervenção estatal, fomentando a dependência dos indivíduos, vendendo a promessa de segurança que, na prática, pode se mostrar cada vez mais ilusória.

Como a rede de proteção dos direitos sociais está se enfraquecendo e não se confia que dure o tempo necessário para oferecer uma estrutura sólida para planos futuros, retorna o veneno da insegurança e do medo, que a visão do Estado social propunha eliminar de uma vez por todas (Bauman, 2008, p. 176).

A autoconfiança e a segurança pessoal são substituídas por uma tentativa de proteção. No entanto, a dependência do mercado direciona os indivíduos para o consumo. Aqueles que não têm poder de compra acabam automaticamente excluídos desse cenário protetivo. O Estado, que se apresenta como universal em sua soberania, revela-se, na prática, seletivo. Ao considerar uma situação sem o apoio estatal, Bauman (2008, p. 174) observa que:

A primeira esfera, progressivamente despida dos mecanismos institucionais apoiados e garantidos pelo Estado, foi aberta às incertezas do mercado e transformada em um playground das forças globais operando no “espaço dos fluxos” que se estende além do alcance do controle político, e portanto também da

capacidade de suas vítimas (já afetadas por suas ações ou temendo serem afetadas dentro em breve) de reagir adequadamente, muito menos resistir de maneira efetiva.

A perpetuação da proteção por meio de recursos suficientes para exercer controle visa à construção de um domínio. Aqueles que possuem os meios de proteção detêm o poder, o que gera uma dependência entre os que necessitam dessa proteção. Bauman (2008, p. 180) observa que: “[...]enquanto a tarefa for empreendida individualmente, esses domínios de fato tenderão a permanecer incontroláveis.” Refletindo a dinâmica de poder entre os que controlam os recursos e o que são mantidos em estado de vulnerabilidade.

Nesse cenário, grandes corporações e potências globais, que detêm recursos significativos, ampliam ainda mais a desigualdade, pois as pessoas sem acesso a esses recursos permanecem à margem desse sistema de proteção. O medo, nesse contexto, não é apenas um mecanismo de controle, mas uma ferramenta que reforça as estruturas de poder existentes e mantém a população em um estado de subordinação.

2.1 Poder e democracia

O ataque às instituições democráticas é uma prática comum em governos populistas conservadores, como destacam Levitsky e Ziblatt (2019). Essas instituições foram criadas para proteger a democracia, são fundamentais para a estabilidade do sistema político. No contexto da democracia norte-americana e, por motivos diferentes, na brasileira, essas reformas devem ser conduzidas dentro dos limites das instituições, com o objetivo de promover o desenvolvimento político, e não de favorecer interesses partidários ou limitar ideologias divergentes.

Levitsky e Ziblatt (2019) argumentam que o principal teste para uma democracia é se os partidos e líderes políticos se esforçam para evitar a ascensão de figuras autoritárias. Eles afirmam que: “Isolar extremistas populares exige coragem política. Porém, quando o medo, o oportunismo ou erros de cálculo levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes dominantes, a democracia está em perigo” (Levitsky; Ziblatt, 2019, p. 18). Essas políticas do medo paralisam os atores políticos e fazem com que percam os instrumentos para agir de forma racional.

COVID-19, medo e política social

A pandemia de COVID-19 foi um evento de grandes proporções que provocou transformações significativas nos estudos sociais e nas práticas de vida e produção humana. O coronavírus, altamente transmissível e responsável por inúmeras vítimas fatais ao redor do mundo, trouxe a necessidade de políticas públicas de isolamento social e normas sanitárias, que se tornaram um padrão global. Esse cenário gerou um dualismo marcado por conflitos políticos: de um lado, os que defendiam o isolamento social e as medidas sanitárias como proteção à vida; de outro, os que priorizavam a continuidade da atividade comercial para garantir a sobrevivência econômica.

O medo foi resignificado, mas agora voltado para o temor de um colapso econômico e de seus impactos na vida individual e coletiva, esse discurso, afetou a individualidade das pessoas que passaram a desacreditar nas recomendações dos órgãos diretamente ligados ao controle epidemiológico. Conforme Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), que analisaram os impactos políticos da pandemia, a polarização política e os posicionamentos ideológicos foram fatores decisivos nas percepções e escolhas das pessoas em relação à COVID-19. Curiosamente, as classes de renda mais baixa, em geral, apoiavam o isolamento social, mas, diante da ameaça de morte e da falta de recursos, precisavam priorizar a subsistência: “a falta de recursos para alimentação e moradia vai tirando o foco de atenção no isolamento e o levando para a obtenção de recursos a fim de suprir as necessidades mais imediatas.” (Pereira, Medeiros e Bertholini, 2020, p. 961)

Rapidamente, surgiram informações falsas sobre as políticas de isolamento e as normas sanitárias, alimentando teorias conspiratórias de alcance nacional sobre a eficácia dessas medidas. No Brasil, a situação se agravou com a falta de representação política, a crise humanitária na saúde, um elevado número de vítimas fatais e a crise econômica. A escassez de políticas assistenciais e a demora na vacinação da população acentuaram a crise.

A globalização manifestou-se na propagação da doença e nas reações dos Estados aos problemas sociais gerados por essa nova configuração mundial. O mercado global não estava preparado para uma pausa tão extensa; esforços foram feitos para manter a economia funcionando como antes, o que levou ao uso da política do medo. Desconfianças foram levantadas sobre as vacinas, o sistema de saúde e até a veracidade do vírus. Notícias falsas sugeriam, por exemplo, que mortes por outras causas estavam sendo contabilizadas como vítimas de COVID-19.

Para Carvalho, *et al* (2021), a pandemia acelerou processos históricos em curso, houve então uma ilustração simbólica do que se tratava do medo do “outro” anteriormente mencionado nas abordagens de Bauman. A pandemia foi um catalisador da vigilância e do controle social, o que nos traz às mais incisivas reflexões a respeito das mudanças sociais.

Para tanto, o mundo pós pandêmico é uma experiência em andamento, reforçou a ideia do medo como recurso para controle social, mas também trouxe a necessidade da urgência da reorganização do comunitarismo para a sobrevivência apesar do capitalismo. Tendo em vista que a pandemia reforçou desigualdades e marcadores sociais da diferença enquanto estigmas negativos. (Carvalho; *et al*, 2021)

Considerações finais

O aumento das interações entre grandes mercados e o surgimento de um pessimismo histórico foram, muitas vezes, explorados estrategicamente para submeter nações a acordos internacionais. Conforme aponta Bauman (2008), as tentativas de intelectuais em transformar o mundo foram frequentemente insuficientes ou inadequadas. Ele sugere que, enquanto o conhecimento pode ser transformador por si só, o poder depende do conhecimento para efetuar mudanças significativas. A classe trabalhadora, encarregada de aliviar o sofrimento social, não poderia se emancipar sem antes emancipar a sociedade como um todo.

O medo moldou as relações interpessoais, marginalizou certos grupos e concentrou o controle social nas mãos daqueles que detêm o poder. Esse efeito de uma globalização negativa e da disseminação do terror demonstra como o progresso desenfreado limitou o papel protetor do Estado, transformando-o em um agente de remediação dos próprios danos gerados por esse mesmo progresso.

Com os estudos desenvolvidos por Bauman (2008), Levitsky e Ziblatt (2018), é possível identificar problemáticas nas configurações socioeconômicas que carecem de solução, representando ameaças incisivas aos princípios democráticos que desestabilizam a democracia.

Como demonstrado nas abordagens deste artigo, o medo, socialmente construído, possui efeitos e gera fenômenos sociais multifacetados. Estas foram palavras introdutórias para demonstrar como esses autores podem auxiliar no entendimento dos acontecimentos relacionados ao medo e suas diversas repercussões sociais.

Referências

- ADORNO, Theodor W.; ALMEIDA, Jorge Miranda de. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BERTONI, Felipe Faoro. A expansão do direito penal e a cultura punitiva. *Revista Arquivo Jurídico*, Teresina, v. 01, nº 04, jan/jun. 2013. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/view/2312/1532>. Acesso em: 27 de out. 2019.
- CARVALHO, Beatriz Fernanda et al. A Covid-19 e o controle dos corpos: novas justificativas para o medo do outro. *Fórum Sociológico*, Série II, n. 39, p. 31-41, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/10015>. Acesso em: 15 out. 2024.
- COSTA, Caio Túlio. Sobre o medo em São Paulo: ainda o espetáculo. *Revista USP*, São Paulo, n. 80, p. 98-110, dez./fev. 2008-2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13720/15538>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- ESTEVAO, Gabriela Almeida de Moura; DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Controle social, violência e direitos humanos. *XVI Seminário de Iniciação Científica da PUC*. Rio de Janeiro, agosto 2008. Disponível em: http://www.pucRio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/dir/dir_gabriela_almeida_de_moura-estevao.pdf. Acesso em: 20 de out. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Trad. Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- PEREIRA, C.; MEDEIROS, A.; BERTHOLINI, F. O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 952-968, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200327>. Acesso em: 20 de out. 2024.
- SALLA, Fernando et al. A contribuição de David Garland: A sociologia da punição. *Revista de Sociologia da USP: Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30020.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.
- TERRA, Livia Maria. Identidade bandida: a construção social do estereótipo marginal e bandido. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*, Marília, v. 06, nº 06, dez. 2010. Disponível em: http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao6/Autores/14_identidade_bandida_livia_terra.pdf. Acesso em: 20 de out. 2019.